



Senhoras e Senhores, boa tarde!

“Bem-aventurados os que têm fome e sede de justiça, porque serão fartos”. Mateus Cap. 5 Versículo 6.

Início este pronunciamento elevando meu pensamento em gratidão a Deus, fonte de toda sabedoria e justiça.

É sob essa inspiração que assumo a Presidência do Tribunal de Justiça Militar de MG, pedindo a Ele que ilumine nossos caminhos, fortaleça nossa coragem e nos conceda discernimento para que cada decisão seja guiada pelo respeito à lei, pela dignidade da pessoa humana e pela busca permanente da justiça. Sem a Sua guia nada disso seria possível.

Assumir a Presidência do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais pela segunda vez é motivo de honra profunda e de elevado senso de responsabilidade. A Justiça Militar exerce competência especializada e essencial para a manutenção da disciplina e da hierarquia das instituições militares — pilares estruturantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Minas Gerais.

Este Tribunal não é apenas órgão julgador. É guardião da legalidade no âmbito militar. É instrumento de equilíbrio entre autoridade e responsabilidade. É espaço onde a disciplina, fundamento das corporações militares, é exercida sob o império da Constituição da República, da Constituição do Estado e das leis. Sua importância transcende os limites institucionais e alcança toda a sociedade, que deposita em nós a confiança de que a Justiça será feita com imparcialidade e humanidade.

Recebo humildemente esta missão como dever institucional, jamais como distinção pessoal.

Agradeço aos meus pares pela confiança demonstrada ao me elegerem para presidir esta Corte de justiça. Cada voto recebido representa compromisso renovado com a continuidade dos avanços e com o fortalecimento da nossa Justiça Militar.

Registro, ainda, minha especial satisfação e alegria de contar na minha administração com os eminentes Desembargadores que compõem o Órgão Diretivo deste Tribunal no biênio 2026–2028: o Vice-Presidente, Desembargador Rúbio Paulino Coelho; o Corregedor, Desembargador James Ferreira Santos e o Ouvidor, Desembargador Fernando Armando Ribeiro. Magistrados de trajetória ilibada e reconhecida competência, que reúnem décadas de experiência dedicadas à Justiça Militar e ao fortalecimento institucional do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.



Suas vivências, aliadas ao elevado senso de responsabilidade, espírito público e inabalável compromisso com os valores desta Corte, representam a sólida garantia de uma gestão pautada na ética, na eficiência e na permanente busca pelo aprimoramento da prestação jurisdicional. Estou certo de que, com o inestimável e indispensável apoio dos desembargadores e juízes, conduziremos a Justiça Militar com harmonia, equilíbrio e firme propósito de bem servir à sociedade mineira.

Dirijo-me agora a um agradecimento carinhoso e respeitoso ao Desembargador Jadir Silva. Após mais de 40 anos dedicados à judicatura castrense, o Doutor Jadir transmite-me a honrosa missão de presidir o Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais.

A trajetória de sua excelência, Doutor Jadir, é marcada por integridade, firmeza de princípios e inabalável compromisso com a Justiça. Ao longo de sua gestão, deixou legados que se inscrevem na história desta Corte — não apenas em realizações administrativas e institucionais, mas, sobretudo, no exemplo de magistrado sereno, ponderado e profundamente comprometido com os valores que sustentam este Tribunal.

Recebo esta responsabilidade com humildade e senso de continuidade, inspirado por seu trabalho sólido e por sua dedicação exemplar.

Agradeço ao Senhor Governador do Estado de Minas Gerais, Mateus Simões, pelo seu elevado apreço e consideração à Justiça Militar Estadual.

Registro meu agradecimento ao Presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Desembargador Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Júnior, Chefe do Poder Judiciário do Estado, amigo e parceiro institucional. Sua presença reafirma a integração e a harmonia entre os órgãos do Judiciário, fortalecendo a unidade e a cooperação em prol da prestação jurisdicional de qualidade.

Faço um agradecimento especial, ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa de MG, Deputado Tadeu Leite, pela atenção dispensada por Sua Excelência nos projetos de interesse da Justiça Militar, o que tem sido fundamental para o aprimoramento de nossa estrutura, a modernização de nossos serviços e o fortalecimento do papel institucional que desempenhamos na garantia da disciplina, da hierarquia e do Estado Democrático de Direito.

A sensibilidade demonstrada pelo Poder Legislativo ao compreender as necessidades específicas da Justiça Militar revela compromisso com a boa governança pública e com o adequado funcionamento das instituições. Os projetos de leis analisados e aprovados pela



Assembleia não representam apenas avanços administrativos, para além, são investimentos na eficiência da Justiça militar e no aperfeiçoamento do sistema de garantias que sustentam nossas instituições.

Dirijo também meu reconhecimento ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo de Tarso Morais Filho, à Procuradora Elba Rondino e a todos os membros do Ministério Público de Minas Gerais.

Atuantes em todo o estado e especialmente na Justiça Militar, exercem suas atribuições com responsabilidade, independência e elevado espírito público, contribuindo para a solidez e a credibilidade das decisões proferidas.

Registro, ainda, uma saudação especial ao ilustre Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção MG, Dr. Gustavo Chalfun pelo permanente compromisso com a defesa da Constituição, com a valorização da advocacia e com o fortalecimento das instituições democráticas. A presença vigilante e atuante da OAB reafirma que a Justiça se constrói no diálogo institucional, no respeito às prerrogativas profissionais e na busca permanente pela verdade e pela equidade.

Receba, portanto, prezado Presidente, a homenagem deste Tribunal e o reconhecimento da importância da advocacia na construção de uma Justiça Militar cada vez mais justa, transparente e comprometida com os valores republicanos.

Especialmente, quero agradecer, também, ao Coronel PM Carlos Frederico Otoni Garcia, Comandante-Geral da Polícia Militar de Minas Gerais, Corporação bicentenária presente nos 853 municípios de MG e em mais de 270 distritos, pela parceria institucional sempre pautada pela ética, pelo respeito e pelo interesse público.

A Polícia Militar de Minas Gerais, corporação essencial para a manutenção da ordem pública e da paz social, tem demonstrado, ao longo de sua história, elevado profissionalismo, disciplina e dedicação ao povo mineiro. Reconhecida nacionalmente, a instituição é motivo de orgulho para Minas Gerais e para o país.

Ao Comando e a todos os integrantes da corporação, expresso minha gratidão pela confiança e pela permanente colaboração com o Tribunal de Justiça Militar, na certeza de que seguiremos unidos no fortalecimento das instituições, da legalidade e da justiça.

Da mesma forma, e extensivo a todos os Bombeiros Militares mineiros, registro meus sinceros agradecimentos à Cel BM Jordana de Oliveira Filgueiras Daldegan, Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar, pela parceria e pelo apoio que sempre nos presta.



O Corpo de Bombeiros Militar de MG é uma corporação respeitada e admirada pelo povo mineiro e por todos os brasileiros, em razão da excelência dos serviços prestados na proteção da vida, do patrimônio e do bem-estar da sociedade.

Senhora Comandante-Geral, seu trabalho incansável e a dedicação dos bravos Bombeiros Militares expressam coragem, disciplina e espírito de solidariedade, constituindo verdadeiro exemplo de serviço à coletividade.

Ao Comando e a todos os integrantes da instituição, manifesto meu reconhecimento e minha profunda gratidão, certo de que continuaremos fortalecendo os laços institucionais em prol da justiça, da segurança e da proteção da sociedade.

Estendo ainda meus agradecimentos à Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, na pessoa da Defensora Pública-Geral, Dra. Raquel Gomes de Sousa da Costa Dias e à Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais, na pessoa do Advogado-Geral do Estado, Dr. Fábio Murilo Nazar.

Essas instituições, compostas por profissionais de altíssima competência, são indispensáveis à concretização da Justiça. A atuação firme e qualificada de seus membros assegura o contraditório, a ampla defesa e contribui decisivamente para julgados céleres e justos.

Nesse momento, dirijo um agradecimento muito especial a todos os magistrados e servidores deste Tribunal. São mulheres e homens que com elevado grau de responsabilidade, dedicação e comprometimento asseguram o bom andamento dos trabalhos e sustentam o padrão de excelência que hoje nos orgulha.

O sucesso institucional que alcançamos — reconhecido pelas instituições militares e pelo Conselho Nacional de Justiça — é fruto direto do empenho diário de cada uma das senhoras e dos senhores. Nenhuma gestão se sustenta sem o trabalho técnico, silencioso e eficiente daqueles que fazem a engrenagem da Justiça funcionar.

Dirijo um agradecimento muito especial aos meus colegas de turma, aspirantes de 1978, que aqui comparecem. Compartilhamos a juventude, a formação e os ideais que moldaram nossa trajetória. A presença de vocês renova em mim o espírito de camaradagem e o compromisso com os valores que aprendemos desde os primeiros passos na vida militar.

Agradeço a todas as autoridades civis e militares presentes, cuja participação reafirma o respeito e a integração entre as instituições da República.



Agradeço, ainda, com carinho fraterno, aos meus irmãos em Cristo que me honram com suas presenças. A fé sempre foi meu alicerce nos momentos decisivos. Saber que também compartilho esta solenidade com aqueles que caminham comigo na fé fortalece meu espírito e renova minha convicção de que a Justiça deve ser exercida com sabedoria, equilíbrio e compaixão.

Senhoras e senhores.

Permitam-me uma palavra pessoal.

Sou filho de um humilde comerciante. Vendíamos peixes, inclusive. Venho de origem simples. Meus pais não me deixaram riquezas materiais, mas deixaram valores inegociáveis: caráter, honestidade e lealdade. Ensinaram-me que a palavra empenhada tem valor, que o trabalho dignifica e que a honra não admite atalhos. Se hoje assumo esta Presidência, é porque carrego comigo essa herança moral, que norteou cada passo da minha caminhada.

Agradeço à minha família, base sólida e porto seguro. Aos meus três filhos, Wenderson Duarte Marcelino, Herbert Aquino Marcelino, e Bruno Aquino Marcelino, que sempre foram e são motivo de orgulho para nossa família; às minhas noras, Marília, Larissa e Regiane, que ampliaram nossa família com muito carinho e consideração; aos meus dez netinhos, Lucas, Eduardo, Vinícius, Sophia, Letícia, Larissa, Matheus, Helena, Olívia e Rebeca, que representam a esperança do futuro e o amor de nossas vidas.

Agradeço, por fim, de forma muito especial, à minha amada esposa, Olga de Lourdes Aquino Duarte, companheira de quase 45 anos de caminhada. Ao longo dessa trajetória, ela esteve sempre e incondicionalmente ao meu lado, nas renúncias silenciosas, nas ausências prolongadas, nas decisões difíceis e também nas conquistas públicas e particulares. Nada disso seria possível sem sua presença constante e seu apoio incondicional.

A você, meu amor, a minha eterna gratidão!

Senhoras e senhores.

Assumo a Presidência de um Tribunal que alcançou níveis de excelência reconhecidos nacionalmente. Nos anos de 2023 e 2024, esta Corte recebeu o Selo Diamante e, em 2025, o Selo Excelência — distinções concedidas pelo Conselho Nacional de Justiça, sendo o selo Excelência concedido apenas a quatro tribunais dentre os mais de noventa existentes no país.



No Ranking da Transparência recebeu também o Prêmio de 1º lugar do segmento nos últimos 4 anos.

Esse reconhecimento é fruto do trabalho coletivo de magistrados, servidores e colaboradores comprometidos com resultados, governança eficiente e qualidade na prestação jurisdicional.

Recebo, portanto, não apenas um cargo, mas um legado de excelência. A responsabilidade que ora assumo é a de preservar, consolidar e ampliar essas conquistas.

Nosso propósito fundamental consiste em sermos um Órgão a serviço da cidadania, quebrando paradigmas, dirimindo dúvidas e ampliando a compreensão pública sobre o que seja a Justiça Militar, esse ramo especializado, indispensável à harmonia social, com foco na prestação jurisdicional, na equidade e na tolerância ativa. Uma justiça dinâmica, que fortalece a cultura de reconhecer o outro como um ser humano igual em dignidade, mesmo que não em acessos, recursos e oportunidades, ou seja, simplesmente respeitando o diferente.

Senhoras e senhores.

Assumo o compromisso de realizar uma administração austera, responsável e transparente: austeridade que significa zelo pelos recursos públicos que pertencem à sociedade; transparência que significa clareza nos atos; e responsabilidade na gestão, porque confiança institucional se constrói com coerência entre palavra e ação.

Na manutenção da excelência, reafirmo também o compromisso com a celeridade no julgamento dos processos, porque uma Justiça que tarda compromete direitos e fragiliza a credibilidade institucional.

Na seara administrativa, para continuar a assegurar decisões equilibradas e tempestivas, buscaremos aprimorar nossos fluxos de trabalho, investir em inovação e fortalecer a gestão.

Na esfera pessoal, buscarei exercer a Presidência com humildade e com a consciência de que os cargos são transitórios, mas as instituições são permanentes. Somos apenas guardiões temporários de uma missão maior que nós mesmos.

Que ao final desta jornada possamos afirmar que fortalecemos a Justiça Militar, que consolidamos sua eficiência, que honramos sua tradição e que contribuimos para a estabilidade das instituições militares e para a segurança jurídica da sociedade.

Peço a Deus sabedoria para decidir com equilíbrio, coragem para agir com firmeza e humildade para reconhecer limites; que Ele nos conduza



na prática da justiça, no amor à verdade e no compromisso com o bem comum.

A todos que compartilham deste momento, minha mais sincera gratidão!

Encerro este pronunciamento com o Salmo 127, versículo 1:

"Se o Senhor não edificar a casa, em vão trabalham os que a edificam; se o Senhor não guardar a cidade, em vão vigia a sentinela."

Muito obrigado!

Desembargador Osmar Duarte Marcelino

Presidente

Tribunal de Justiça Militar do Estado de Minas Gerais